

O microcomércio doméstico de crack realizado por mulheres pobres, negras e idosas na Favela do Oitão Preto em Fortaleza, Ceará

The domestic crack microtrade carried out by poor, black and elderly women in Favela do Oitão Preto in Fortaleza, Ceará

Maria Gomes Fernandes Escobar

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Maria Glaucéria Mota Brasil

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Marcílio Dantas Brandão

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, Bahia, Brasil

RESUMO

O artigo resulta de uma etnografia realizada na Favela do Oitão Preto em Fortaleza, Brasil, entre os anos de 2018 e 2019. Analisando o microcomércio de crack, evidenciamos a adesão de grupos anteriormente excluídos ou pouco participantes desse circuito. A partir dessa percepção, buscamos compreender a maneira como mulheres pobres, negras e idosas encontraram condições objetivas para aderir a uma prática microcomercial realizada dentro de suas casas e sem o uso de violência. A análise identificou sociabilidades existentes entre essas mulheres, seus clientes, outros vendedores e policiais, além da maior capilaridade que o comércio de drogas adquiriu nas comunidades e favelas, a partir do fortalecimento das facções criminosas nesses locais. Concluímos que esse microcomércio “doméstico” de crack no Oitão Preto está integrado à rotina diária de algumas mulheres que aderiram a tal prática pela necessidade de dinheiro, bem como devido ao fato de estarem excluídas do mercado formal de trabalho e à certeza da existência de uma clientela para a mercadoria que é o crack.

Palavras-chave: Microcomércio de Drogas, Facções Criminosas, Mulheres.

Recebido em 30 de março de 2023.

Avaliador A: 08 de maio de 2023.

Avaliador B: 29 de maio de 2023.

Aceito em 09 de agosto de 2023.



ABSTRACT

The article is the result of an ethnography carried out in Favela do Oitão Preto in Fortaleza, Brazil, between 2018 and 2019. Analyzing the crack micro-trade, we evidenced the adhesion of previously excluded groups or groups who did not participate much in this circuit. From this perception, we seek to understand how poor, black and elderly women found the objective conditions to adhere to a micro-commercial practice that takes place within their homes and without the use of violence. The analysis identified an existing sociability between these women, their customers, other vendors and police, in addition to the greater capillarity that the drug trade acquired in communities and favelas, with the strengthening of criminal factions in these places. We conclude that this “domestic” crack microtrade in Oitão Preto is integrated into the daily routine of some women who adhere to this practice due to the need for money and due to the fact that they are excluded from the formal job market and the certainty of the existence of a clientele for crack cocaine.

Keywords: Drug Microtrade, Criminal Factions, Women.

INTRODUÇÃO

A venda doméstica¹ de crack no contexto do microcomércio de drogas se estabelece como parte da dinâmica criminal decorrente do tráfico, que foi potencializada pela presença de facções criminosas e instâncias de controle e dominação de um circuito comercial que se expande até pequenos pontos de venda instalados nas casas de moradores de determinados bairros e favelas da cidade de Fortaleza. Assim, observamos a experiência de mulheres, todas maiores de 60 anos, que realizam a venda de crack em suas casas sem, no entanto, se considerarem traficantes²

1 Nomeamos microcomércio doméstico de crack aquele realizado nas casas das vendedoras e inserido no cotidiano de vida das famílias que ali residem.

2 Carolina Grillo (2008) já mostrou que a utilização da terminologia “traficante” deve ser considerada enquanto atribuição e classificação penal, ainda que muitos indivíduos, como é o caso das mulheres interlocutoras da pesquisa, não se identifiquem com essa nomenclatura e não sejam apontadas em seus territórios por esse termo, apesar de algumas delas já terem sido enquadradas penalmente pela realização da atividade ilícita e se esforçado em práticas que acobertem tal atividade. Daniel Hirata (2010) chama atenção para o fato de que, dentro dessa terminologia genérica de traficante, está articulada uma rede complexa de funções, posições, hierarquias e poder que envolvem diferentes categorias: “os patrões, os gerentes, os olheiros, os vendedores” (Hirata, 2010, p. 254), além dos envolvidos nas dinâmicas de transporte, preparação das drogas e segurança, bem como aqueles envolvidos no comércio de drogas no atacado e que comandam a fatia mais lucrativa do negócio. Ciente de todos esses aspectos, optamos por considerar aquilo que se expressa nas falas das interlocutoras, não as nomeando aqui como traficantes, e sim como vendedoras de drogas.

e sem exercerem o poder e a dominação ou possuírem o dinheiro frequentemente associados ao tráfico de drogas.

Em linhas gerais, procuramos perceber como se expressam essas “novas” dinâmicas do comércio de crack na cidade de Fortaleza, tomando como lócus de pesquisa um território extremamente vulnerável, a Favela do Oitão Preto, situada no Bairro Moura Brasil, zona leste da orla de praia da capital cearense. Além disso, apontamos a capilaridade adquirida pelas facções criminosas nesses espaços periféricos e o alcance das práticas comerciais que envolvem a venda de drogas, integrando populações anteriormente excluídas, como mulheres e idosos.

O artigo em tela é um recorte de tese doutoral (Escobar, 2022) desenvolvida sob a orientação da professora Glaucíria Mota Brasil e coorientação do professor Marcílio Dantas Brandão. Nele descrevemos, em um primeiro momento, os compassos de uma etnografia realizada e os acontecimentos que compuseram a análise. Em seguida, discutimos os mercados de droga, o tráfico e a capilaridade das facções criminosas na cidade de Fortaleza e, por fim, apontamos as novas dinâmicas do microcomércio de crack a partir da presença de mulheres negras, pobres e idosas que, esquecidas e/ou não alcançadas pelas políticas protetivas estatais, se lançam em atividades ilícitas que garantem o mínimo, a sobrevivência de si mesmas e de seus dependentes.

Aqui, o foco central da discussão são as práticas comerciais da venda doméstica de drogas e as configurações que tais práticas representam no cotidiano de vida das interlocutoras. Assim, não trataremos de forma pormenorizada da questão interseccional que está presente quando interligamos os marcadores de classe, raça e geração. Tal discussão, por sua importância e amplitude, deverá ser traçada em um texto específico, mas esclarecemos nossa percepção em relação à necessidade de tal abordagem.

COMPASSOS DA PESQUISA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Ao buscarmos perceber as dinâmicas do microcomércio doméstico de crack presentes na Favela do Oitão Preto, partimos de influências trazidas por pesquisadores ligados à Escola de Chicago e às suas orientações teóricas e metodológicas, que nos direcionaram à microsociologia de Erving Goffman e a seu empenho de desvendar as interações face a face, notadamente no que se refere às sociabilidades urbanas. Utilizamos a noção de enquadramento (*frames*) em Goffman (1986) na construção da estratégia de interação com os diversos agentes do fenômeno na tentativa de entender o conjunto de suas interações cotidianas com vistas ao microcomércio

que nos interessava naquele território, integrando também referencial próprio à sociologia das emoções³.

Os contornos da etnografia foram privilegiados a partir daquilo que nos pareceu relevante no processo dialógico estabelecido com as principais interlocutoras, quatro mulheres⁴ com quem desenvolvemos maior proximidade e mais interações. Nesse sentido, ressaltamos – como Clifford (2002) – que a etnografia deve ser pensada como uma negociação construída entre o pesquisador e seus interlocutores, entendidos como sujeitos conscientes e politicamente significativos. Pela perspectiva da etnografia sensorial, buscamos, como sugere Merleau-Ponty (1999), vivenciar a “carne do mundo”, tencionando observar o modo como essa materialidade se conforma por meio de formas sociais sensíveis. Por isso, pretendemos realizar uma observação “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) dos objetos e conteúdos presentes na interação: as pessoas e as coisas materiais e imateriais, as sensibilidades e sensações.

O processo de entrada no campo foi construído a partir de andanças realizadas entre 2018 e 2019 na Favela do Oitão Preto, acompanhando um grupo de voluntários vinculados a uma organização não governamental (ONG)⁵ que realizava ações semanais no território em parceria com a prefeitura de Fortaleza. Assim, os voluntários tinham livre acesso à favela e às casas dos moradores, bem como contavam com certa “proteção” direcionada “ao pessoal da saúde”, como eram identificados. Ao acompanhar esse grupo, obtivemos a legitimidade que nos permitiu a aproximação, o estabelecimento da confiança necessária e as aberturas possíveis em relação ao tema, bem como conhecer locais, pessoas e interações que se tornaram interlocutores-chave para a realização do estudo.

A coleta dos dados se deu principalmente a partir do que era possível fixar na memória, devido à impossibilidade do uso de gravador⁶. Muitas falas que ouvimos no território estão recortadas e editadas pelo nosso olhar, por nossa escuta e nossa escrita, conforme nos ensina

3 De acordo com Koury e Barbosa (2015), a sociologia e a antropologia das emoções está posicionada como campo específico da sociologia e da antropologia geral e das Ciências Sociais como um todo. Neste ramo é levado em conta o entendimento da relação entre indivíduo portador de emoções, sociedade e cultura. Nesse sentido, as emoções são entendidas como uma teia de sentimentos produzidos na relação intersubjetiva, estabelecida como cultura objetiva e formas sociais, mas que também são expressas enquanto culturas subjetivas e conteúdos sociais. O caráter influenciador das emoções nas ações individuais e sociais é também objeto de um dossiê específico sobre o tema, organizado por Brandão e Siqueira (2019).

4 As quatro mulheres foram escolhidas intencionalmente não só por terem aceitado participar da pesquisa como interlocutoras, mas pela proximidade que foi se estabelecendo ao longo de nossas visitas ao lócus da pesquisa.

5 As atividades realizadas pela ONG consistiam na busca ativa de pessoas em tratamento de tuberculose, realização de exames com vistas a detecção da doença e a distribuição de medicamentos.

6 Por se tratar de pesquisa que se desenrola em meio a práticas ilícitas, a preocupação com o sigilo e a não identificação das interlocutoras esteve sempre pautada, inclusive para garantir a aceitação da nossa presença em campo.

Oliveira (1996). As anotações nos momentos das conversas eram poucas e breves, apenas para registrar algum nome ou dado mais específico. Os diálogos com elas foram sistematizados e organizados em pequenas narrativas que tentam expressar nossa compreensão das experiências reveladas, entendendo a etnografia como uma interpretação possível e sempre parcial de dados.

Assim, exploramos conversas com as mulheres e com outros moradores e frequentadores, observamos cenários, narrativas, percepções e dinâmicas do cotidiano, particularmente as que se relacionam com o microcomércio doméstico de crack e os condicionantes sociais presentes. As situações e os contextos presenciados são de certa forma singulares, pouco ou quase nunca citados pela mídia, situações ainda pouco visíveis pelos “de fora”. A diferenciação entre as várias categorias de vendedores de drogas e a observação de uma microeconomia cada vez mais doméstica e interligada à vida cotidiana de famílias foi, assim, revelando-se como uma situação relativamente nova no contexto de Fortaleza.

A Favela do Oitão Preto é, via de regra, representada no imaginário da cidade como um território violento e problemático. Está situada na área central da cidade, nos limites territoriais do Bairro Arraial Moura Brasil, ocupando uma faixa de duna “de frente para o mar”, compondo a área leste da orla de Fortaleza. Essa área, cobiçada pelo setor imobiliário, é ocupada por uma população de baixa renda, que migrou para a capital, principalmente durante o século XX, por causa das secas que assolaram o Ceará e da estrutura fundiária concentradora. Com pouca ou nenhuma assistência estatal⁷, o local teve um primeiro estigma de área de prostituição e hoje se apresenta como reduto de violência e tráfico de drogas sob influência da facção criminosa Comando Vermelho (CV).

As características da conformação desse território contribuem para que recaia sobre seus moradores um estigma que os torna desacreditados e apontados como uma “classe perigosa”, ligada ao crime e à violência. Nesse sentido, a dominação simbólica da favela e de seus moradores/frequentadores se expressa através de processos estigmatizantes que foram se construindo e reconstruindo ao longo dos anos e impõem àquele espaço e à sua gente uma simbologia de “problema”. Inicialmente, esse problema se materializava na ideia de “retirantes da seca”; depois veio a marca da prostituição; hoje impera a associação de seus moradores e frequentadores à imagem de perigosos agentes do consumo e do tráfico de drogas.

Como já citado, a pesquisa se concentra nas experiências de quatro mulheres moradoras do Oitão Preto, a saber: Tereza, 65 anos, Inácia, 68, Irene, 62, e Lourdes, 60, todas negras.

⁷ O entorno da Favela do Oitão Preto vem sendo “requalificado”, e alguns equipamentos culturais e de lazer foram implantados pela gestão estadual nos últimos anos, entre eles uma escola de gastronomia e hotelaria e vários equipamentos que compõem o Complexo Cultural Estação das Artes. Com a chegada desses equipamentos, a “Praça da Estação” deu lugar a novas estruturas voltadas ao lazer da população cearense e aos turistas que visitam a cidade. Moradores e pessoas que frequentam o Oitão Preto ainda permanecem, muitos espalhados pelas ruas próximas e nas vielas do próprio Oitão.

Essas mulheres vivem no Oitão Preto há anos, e Inácia nasceu e cresceu no Oitão. Nenhuma delas vivia na época com marido ou companheiro. Inácia, Tereza e Irene disseram ser viúvas, Lourdes era solteira. Das quatro mulheres, apenas Inácia e Tereza diziam ser donas da casa onde moravam; Irene e Lourdes pagavam aluguel diário por seus barracos. Em ambos os casos, as habitações eram precárias, sem rede de esgoto, luz nem água encanada. Em algumas ocasiões encontramos Lourdes dormindo na Praça da Estação, próxima ao Oitão Preto, quando estava sem dinheiro para pagar o aluguel. Todas elas têm filhos, alguns já mortos. Tereza e Irene, com filhos já adultos, cuidam dos netos. Lourdes não convive com os filhos; deixou-os ainda crianças com os avós em outro bairro, para que “não vissem a mãe fazendo coisa errada”. Agora diz que eles a veem na praça, mas não a consideram mãe. Inácia ainda chorava pela perda recente de uma filha que tinha Aids e, tendo adoecido com tuberculose, falecera havia poucos meses. De todas elas, apenas Inácia recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC⁸). Tereza tentava se inserir no Programa Bolsa Família (PBF⁹), mas não possuía meios de comprovar seu endereço. Lourdes aguardava o “aluguel social” prometido pela prefeitura. Todas elas consideravam o uso de drogas algo prejudicial. Tereza culpava a droga pela morte do marido e pela prisão do filho, além da ausência da filha, que não aparece em casa e vive nas ruas, em uso extremo. Inácia diz que a filha que morreu vítima de Aids e tuberculose ficou doente por culpa do crack. Irene também perdeu um filho que vendia drogas em uma disputa entre facções. Lourdes dizia que o Oitão Preto era “um antro de destruição por culpa da droga”. Ainda assim, todas elas viam na venda de crack a única forma de acesso ao dinheiro necessário às suas sobrevivências.

O que uma velha como eu ainda pode fazer? Não posso sair de casa, porque tem minhas netas, e elas precisam de mim. E esse povo aqui não quer outra coisa, não. Eles querem é droga. Fazer o quê? (Tereza, 65, 2018).

8 O BPC é um benefício da Política de Assistência Social direcionado a idosos e pessoas com deficiência. De acordo com os critérios de acesso ao BPC, o idoso deve comprovar que possui 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e o total de sua renda mensal e dos membros de sua família, dividido pelos integrantes, deve ser menor que 1/4 (um quarto) do salário-mínimo vigente. Já a pessoa com deficiência deve comprovar, além da deficiência, a incapacidade para o trabalho e para a vida independente; da mesma forma que o idoso, o total de sua renda mensal e dos membros de sua família, dividido pelos integrantes, deve ser menor que 1/4 (um quarto) do salário-mínimo vigente. Para maiores detalhes, ver: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 25 abr. 2022.

9 O Programa Bolsa Família é um programa social de transferência direta de renda destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Para maiores detalhes em relação ao programa pode ser acessado o site do Ministério da Cidadania, disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 25 abr. 2022.

OS MERCADOS DE DROGAS E O AVANÇO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS EM FORTALEZA

O tráfico de drogas no Brasil é compreendido, de modo geral, como uma ameaça à segurança pública. Os traficantes, tidos como inimigos do Estado, devem ser presos, as drogas precisam ser destruídas, e os usuários, tratados com abstinência. Pensar os mercados de drogas a partir da ascensão do tráfico como fenômeno contemporâneo é importante para entender a constituição e o avanço das facções criminosas e as particularidades que a presença dessas facções estabelece nesses mercados, notadamente no que se refere ao microcomércio doméstico de crack que avança nas periferias de Fortaleza.

O consumo de drogas ilegais em todo o mundo movimenta uma variedade de setores e, de acordo com Dantas (2012), somente nos EUA alcança em torno de 14 milhões de indivíduos e movimenta aproximadamente 50 bilhões de dólares por ano¹⁰. Ainda que os números relativos à movimentação do comércio de drogas possam ser discutidos, é inconteste a presença da economia que envolve o mercado ilegal de drogas e se articula de forma mundial e globalizada, sendo o comércio de drogas entendido inclusive como um “quarto setor” (Kronberg, 2006) dentro da economia.

O valor econômico atribuído à “mercadoria droga” está na base de altos lucros e produz localmente um impacto importante, como Labrousse (2010) identifica, ao tratar de determinados países.

No Afeganistão os lucros [com o comércio de drogas] representam mais de 50% do PIB e são um obstáculo ao controle do governo sobre o conjunto do país; na Colômbia, financiam grupos armados e impedem qualquer solução para os conflitos; no Paquistão, no Nepal e nos Bálcãs, contribuem para o financiamento de grupos terroristas; na Ásia Central, no Cáucaso, no Caribe ou na África, alimentam uma corrupção endêmica. Nos países ricos onde é lavada a maior parte dos lucros da droga, eles constituem a base da economia de regiões inteiras, quer se pense na Flórida, no Sul da Itália, na Costa do Sol espanhola ou na Côte-d’Azur, França (Labrousse, 2010, p. 57).

Em sua tentativa de explicar o preço como fator importante dentro da economia da droga, Kopp (1998) se lança a entender o ciclo que se estabelece a partir de diversas etapas

10 Apesar da movimentação financeira ligada ao comércio de drogas ser considerada um negócio muito lucrativo, Labrousse (2010) contesta as cifras normalmente relacionadas ao montante de dinheiro gerado com a atividade. O autor aponta que os lucros gerados pelo comércio de drogas são geralmente superestimados, já que tais dados não apresentam bases científicas, ainda que de forma imprudente tenham sido informados por responsáveis das Nações Unidas. Pierre Kopp (1998), em seu livro *L'économie de la drogue*, também refuta esses dados, sem, no entanto, desconsiderar o impacto importante desses lucros na economia mundial.

que vão do cultivo, passando pela colheita, pela transformação e pela exportação, até a distribuição aos vendedores varejistas e a venda aos consumidores finais. As rotas que levam as drogas aos mercados consumidores e as linhas do tráfico nas quais se posiciona a atividade das organizações criminosas levam em conta a concorrência, que, segundo o autor, é bastante acirrada, principalmente nos mercados produtores. Essa concorrência faz com que o aumento do preço seja, de modo geral, limitado. O percurso até a venda bruta da droga aos vendedores varejistas é, de acordo com Kopp (1998), uma atribuição das diversas organizações criminosas, que, para garantir o sucesso de suas ações, precisam lançar mão de estratégias que envolvem corrupção e violência, interferindo no preço da droga.

Na escala mais baixa da pirâmide comercial das drogas está a venda no varejo, que também não deixa de enfrentar a repressão policial, tendo a necessidade de uma atuação com vistas a amortecer as perdas advindas da apreensão das substâncias, por exemplo. Nesse espaço de ilegalismos, Steiner (2012), seguindo a sociologia econômica, entende o mercado como “um modo de coordenação que passa pelo preço, livremente negociado entre as partes envolvidas (a oferta e a demanda)[,] estabelecendo uma nova relação social mediada entre coisas e indivíduos” (Steiner, 2012, p. 111).

Além disso, o autor estabelece dois diferentes níveis de compreensão desse mercado, o micro e o macrosocial. Para este estudo interessa mais a abordagem microssocial dentro de um mercado de venda de drogas localizado e as interrelações que os atores sociais desenvolvem entre si a partir da relação vendedor-cliente, ainda que não nos sejam invisíveis as estratégias de fortalecimento e permanência do mercado de drogas, não obstante a repressão sistemática de que é alvo e a competição presente em diferentes escalas pelo domínio do negócio.

Ampliando o debate, Michel Misse (2007) discute sobre o mercado da droga e aponta a distinção entre as diversas atividades ilegais, como o contrabando ou a venda de produtos “piratas” e a venda de drogas. Para o autor, nos primeiros casos, apesar de serem atividades ilegais, seus agentes, denominados “camelôs”, são socialmente aceitos como trabalhadores informais. Ao contrário, os que transacionam maconha ou cocaína a varejo são chamados de traficantes, sem que haja distinção em relação a posição desses indivíduos na escala comercial e, portanto, recebem a mesma distinção aplicada aos operadores do tráfico internacional, por exemplo.

Entre esses, há os que enriquecem participando do comércio atacadista internacional e os que, ainda adolescentes, vendem “papelotes” ou “baseados” para outros adolescentes e jovens [...]. Nesse caso, o que parece demarcar a diferença não é tanto o tipo de mercadoria ou a rede de comercialização, mas os efeitos diferenciais de violência que seu comércio pode produzir (Misse, 2007, p. 141).

Esses agenciamentos demarcados por Michel Misse são importantes para a compreensão

do mercado das drogas, que se forma e se estabiliza a partir de conexões já situadas com os circuitos ilegais de economias transnacionais. As práticas comerciais inseridas nos mercados de capital globalizado adquirem novas configurações e ampliam sua expansão tanto em escala global quanto em territórios nacionais.

Telles (2009) informa que em São Paulo, mais intensamente a partir da década de 2000, o mercado varejista de droga se estruturou de forma mais ampla e mais articulada do que em décadas passadas. Misse (2006), estudando o mercado legal e ilegal, principalmente o relacionado ao comércio de drogas na cidade do Rio de Janeiro, tenta compreender a articulação desses mercados informais e ilícitos com outro mercado, denominado pelo autor de mercado político, igualmente ilegal, que se estabelece a partir dos aparatos legais-oficiais, sendo ali transacionadas as “mercadorias políticas” que envolvem práticas de suborno, corrupção, estabelecimento de acordos e compra de proteção que garantiriam o funcionamento dos mercados ilícitos e o sucesso dessas atividades.

A mudança ocorrida no mercado brasileiro de drogas está, segundo Rodrigues (2010), relacionada ao surgimento de um novo panorama, no que se refere à geopolítica das drogas na América do Sul. De acordo com o autor, nos anos 1980 os países andinos se apresentavam como produtores de coca e pasta base, a Colômbia liderava a transformação da cocaína, e o Brasil se estabelecia como rota para o envio da droga aos centros consumidores nos Estados Unidos e na Europa. A partir dos anos 1990, essa configuração muda, e o Brasil deixa de ser considerado “país de trânsito” para a cocaína destinada à Europa e se estabelece dentro da dinâmica do narcotráfico, articulado ao aumento expressivo do consumo em todo o país.

Por um lado, o comércio de drogas se apresenta como negócio transnacional que movimenta altos fluxos de dinheiro a partir do estabelecimento de uma rede de atividades criminosas. Por outro lado, este comércio também apresenta um contexto local que se configura a partir de pontos de venda de drogas nos bairros, nas periferias e nas favelas das cidades. Na confluência destas duas faces (macro e microeconômica) do mercado de drogas buscamos compreender as redes hierárquicas de poder que nem sempre estão nítidas, não sendo por isso tão facilmente tipificadas. As dinâmicas locais, que evidentemente não são iguais em todos os territórios, apresentam possibilidades de análises diversas, dada a complexidade das questões em jogo, que extrapolam a esfera do campo puramente comercial e se espriam nos modos de vida dos indivíduos envolvidos.

Essa perspectiva mais localizada (micro) quanto ao mercado de drogas é estudada por

Misse (2007), que detalha o surgimento do “Movimento”¹¹, denominação do mercado local de drogas no Rio de Janeiro. O autor informa que, ao longo dos anos, foi se estabelecendo o endurecimento das penas em relação ao tráfico de drogas, no entanto tais medidas não reduziram o comércio ou o número de usuários, ao contrário – assistiu-se ao crescimento do comércio de drogas e à participação crescente de policiais, acusados de exigir propinas de integrantes do tráfico de drogas.

De acordo com Rodrigues (2010), facções, milícias, comandos e partidos do crime cresceram no espaço contínuo formado pelo sistema penitenciário e pelas favelas/periferias. Dentro das prisões, surgiram organizações como o Primeiro Comando da Capital (PCC), com origem em São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), no Rio de Janeiro.

Eles instituíram uma forma de governo que disciplinou a massa carcerária, transformando-a em obedientes soldados/funcionários. Operando como empresas, esses grupos agenciam não apenas o tráfico de drogas, mas também outras ilegalidades, em contato próximo com policiais, autoridades públicas, juízes, advogados (Rodrigues, 2010, p. 12).

As facções que inicialmente centralizavam suas ações nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo se espalharam para o restante do país e até para fora dele. Em Fortaleza, o fenômeno do aparecimento e do fortalecimento das facções ligadas ao tráfico de drogas é relativamente recente. Nos anos 1990, as periferias da capital cearense eram dominadas por grupos de jovens que se organizavam em “gângues”. Diógenes (2008) aponta o contexto de formação e crescimento desses grupos juvenis que traziam em suas referências uma linguagem própria, as gírias e os modos de socialização forjados a partir das “batalhas” entre gângues nos territórios e bailes *funks*. Paiva (2019), uma década depois, constatou em uma pesquisa realizada na periferia da mesma cidade que o aparecimento das armas e das drogas nesses locais não estava inicialmente vinculado à formação de um mercado ilegal de venda de drogas – o interesse era fortalecer as disputas territoriais entre as gângues e fornecer um aparato bélico a ser usado nos confrontos e nas ações de intimidação dos oponentes.

Não demorou até que esses grupos percebessem que a venda de drogas era um negócio lucrativo e com uma clientela que crescia ano após ano. Paiva (2019) informa que as disputas por poder, dinheiro e controle do negócio dentro das gângues fizeram com que se ampliasse a

¹¹ “Seja como sinônimo de ‘boca de fumo’ seja como uma ampliação de seu significado original, de ‘movimento de vendas’, a expressão apareceu pela primeira vez como jargão no jogo do bicho” (Misse, 2007, p. 144). Atualmente, o movimento comparece na gíria de consumidores e vendedores de drogas ilícitas para representar vários e diferentes aspectos desse mercado”. Em nossas incursões no Oitão Preto, não identificamos nas falas das interlocutoras o uso do termo “movimento”, e apenas poucas vezes ouvimos o termo “boca” como referência a “boca de fumo”.

violência, e, aos poucos, aqueles que chegavam às posições de liderança se tornaram traficantes, empreendedores que faziam de suas próprias casas bocas de fumo para a venda de substâncias ilícitas. Inicialmente, o comércio se concentrou em maconha e cocaína; posteriormente, o crack ganhou destaque. Como tentaremos evidenciar, há diferenças importantes entre essa venda de drogas nas bocas de fumo e aquela exercida pelas mulheres que se apresentam nesta pesquisa.

Seguindo a conexão entre gangues e facções em Fortaleza, Paiva (2022) aponta que prevaleciam na cidade pequenos grupos territoriais que disputavam internamente o controle local de bairros e comunidades. O autor destaca que as mudanças começaram a ocorrer em 2014,

[...] quando traficantes locais começaram a “trocar ideia”, conversar sobre uma possível união, com reuniões dentro e fora dos presídios para discutir arranjos que envolviam as facções PCC, CV e FDN. Isso possibilitou que presidiários se organizassem e agenciassem grupos locais para os coletivos criminais mais robustos, reterritorializando e redimensionando a escala de participação nas dinâmicas do crime feitas na cidade. O surgimento da GDE possibilitou também um discurso identitário com pessoas vinculadas ao crime no Ceará e se impôs diante de grupos considerados estrangeiros (Paiva, 2019, p. 173).

Algumas dessas facções criminosas citadas por Paiva (2019) já foram amplamente estudadas, principalmente nos cenários em que surgiram. Biondi (2018), Dias (2011) e Feltran (2018) realizaram importantes estudos sobre a expansão e a consolidação do PCC em São Paulo. Sobre o CV, é possível destacar os estudos de Amorim (1994) e, mais recentemente, o livro de Manso e Dias (2018), que discute a ascensão dessa facção no cenário das práticas criminosas e do tráfico. A facção Família do Norte (FDN) tem sua base no estado do Amazonas e são poucos os estudos que detalham seu surgimento nos anos de 2006/2007 (Framento, 2018). No Ceará, os Guardiões do Estado (GDE) têm uma atuação ainda mais recente, com início datando de 2016. Paiva (2019, 2022) vem acompanhando a presença desses grupos criminosos no Estado e aponta que o fortalecimento das facções se dá a partir de dinâmicas e processos sociais importantes, que culminam em transformações nos moldes de fazer o crime em cidades como Fortaleza.

As alianças e as rivalidades entre facções criminosas colocam de um lado a GDE e o PCC, e do outro o CV e a FDN. Nesse contexto, passamos a observar em diferentes periferias da cidade inscrições em muros com a identificação da facção dominante da área; além disso, costuma-se expor o aviso de que, ao adentrar aqueles locais de carro, os vidros devem ser abaixados e, no caso do uso de motocicletas, os capacetes devem ser retirados, demarcando uma nova fronteira no domínio desses grupos, que passam a impor suas regras aos que vêm “de fora” ao território.

No Oitão Preto, a “ordem” impeditiva de roubos dentro da favela também está dada.

Como as facções impuseram suas normas e códigos de conduta em diversos territórios, o Estado passou da postura de negação da existência e da força dessas organizações para a de planejador e implementador de ações de monitoramento e combate às facções, o que contribuiu para que o Estado do Ceará se tornasse um dos mais violentos do país.

Em relação aos integrantes, é notório que adolescentes e jovens sejam geralmente o segmento mais assediado pelas facções criminosas; assim, eles são os principais atores a representar as facções dentro das comunidades, conforme apontou Paiva (2019). Os estudos sobre o tema demonstram a predominância de homens entre os membros de facções, no entanto as mulheres também atuam nos mais diferentes papéis, em atividades nas bocas de fumo, na venda direta de drogas e no suporte aos companheiros, principalmente quando estão presos. Há ainda situações em que mulheres chefiam o tráfico, conforme apontou Oliveira (2020). As mulheres interlocutoras da pesquisa realizada no Oitão Preto não relataram ter ligações diretas com a facção que domina o tráfico na área, porém mantêm relações comerciais, de amizade e até laços familiares. Entre os membros faccionados há filhos, netos, sobrinhos e amigos das interlocutoras. É do comércio de drogas realizado por elas que trata a discussão a seguir.

INTERFACES DO MICROCOMÉRCIO DOMÉSTICO DE CRACK NA FAVELA DO OITÃO PRETO

A Favela do Oitão Preto há muito tempo abriga atividades consideradas amorais, como a prostituição, e ilegais, como o tráfico de drogas. No entanto, o crescimento do tráfico e o fortalecimento do poder das facções criminosas, assim como a agudização das condições de vida da população mais pobre, gerou uma alteração desse quadro e precipitou a entrada de grupos populacionais anteriormente raros nas dinâmicas de venda de drogas. Este é o caso das quatro interlocutoras da presente pesquisa. Todas essas mulheres passaram a exercer a atividade de venda de crack como forma de manutenção econômica de suas famílias.

A etnografia nos fez notar que a adesão às atividades de venda de drogas é bastante heterogênea em relação ao sexo, à idade e ao estilo de vida das pessoas que realizam esse comércio. Nesta pesquisa, nomeamos microcomércio doméstico de drogas, não tráfico, a prática exercida pelas mulheres interlocutoras. Fizemos esta escolha por dois motivos principais: primeiro, o fato de que as próprias interlocutoras não se consideram traficantes; segundo, nossa escolha se justifica pela percepção empírica de distinções que as diferenciam do contexto do tráfico como habitualmente o conhecemos. Ainda assim, entendemos que no Oitão Preto está construída uma estrutura de ilegalismos que se desenvolve em uma tênue fronteira entre

as escassas oportunidades de ingresso no mercado de trabalho formal e legal e as múltiplas formas de inserção em atividades ilegais, sendo a venda de drogas em casa uma atividade pouco complexa e capaz de abranger um grupo heterogêneo de participantes, inclusive mulheres e idosos.

Os mercados de drogas apresentam especificidades diversas e agregam atores que atuam em diferentes níveis de sua organização e estabelecem, por exemplo, os fluxos de hierarquia e dominação dos territórios e o uso ou não de violência no cotidiano das transações comerciais.

Para Daudelin e Ratton (2017), há uma distinção entre mercados de drogas considerados de natureza pacífica e aqueles que apresentam alto teor de violência. Os autores deixam claro que a ilegalidade em si não pode ser apontada como fator quase exclusivo da violência prevalente em muitos mercados de drogas. Nesse sentido, traçam outros determinantes que poderiam estar presentes nesses circuitos, influenciando um maior ou menor grau de uso da violência.

Os autores identificaram mercados abertos e fechados, cobertos e descobertos. Essa classificação é importante para o estudo em tela quando os autores estabelecem, por exemplo, que

[...] estranhos podem interagir em mercados abertos, enquanto apenas pessoas que se conhecem e confiam umas nas outras podem fazê-lo em mercados fechados [...]. Em tais mercados, a violência física, ou a ameaça do seu uso[,] é efetivamente substituída pela sanção social (Daudelin; Ratton, 2017, p. 118-119).

Em contraposição, em um mercado aberto ilegal, levando em consideração que os atores não se conhecem, inexistente um contrato social que garanta a regulação das transações. Nesse caso,

[...] a desconfiança prevalece, e a possibilidade de fraude, tanto para compradores como para vendedores, é alta. Intercâmbios entre estranhos ocorrem em uma atmosfera tensa, e a possibilidade de que um ou outro sejam policiais ou informantes aumenta ainda mais a tensão das interações (Daudelin; Ratton, 2017, p. 119).

Foi percebido que o grau de abertura dos mercados de crack estudados pelos autores na cidade de Recife era influenciado pela posição em que estavam inseridos na cadeia de distribuição. Assim, a partir da aproximação a um determinado ponto de venda ou a um traficante particular, os usuários costumam manter certa regularidade, utilizando-se dos mesmos pontos de venda.

Essa percepção se coaduna com o que observamos no Oitão Preto, em relação às práticas de venda de crack, já que naquele local também foi possível observar as regularidades nas transações de venda. As vendedoras interlocutoras desenvolveram uma “clientela” de certo modo fixa, e, nesse sentido, estavam presentes as relações de confiança necessárias para o

fluxo de venda de crack. Algo que se destaca nessa venda no Oitão Preto e difere do percebido pelos autores em Recife diz respeito aos mercados denominados “cobertos” e “descobertos”¹² e sua associação direta com situações de violência. Os autores demarcam que a venda de crack no varejo se configura como um mercado completamente descoberto, em locais amplamente conhecidos pelos usuários, por vizinhos e pela polícia. Ali, o consumo é realizado no próprio local ou pelas redondezas e os autores sustentam, a partir de seus interlocutores, que tais locais são propícios a práticas violentas, como furtos, roubos, assassinatos e confrontos entre facções, além de intervenções da polícia.

A etnografia realizada no Oitão Preto demonstrou, ao contrário, a existência de um comércio de crack fechado e coberto que se desenvolve sem que sejam acionadas práticas violentas e atrai certo perfil de clientes justamente por possibilitar tais garantias. Nas casas das mulheres visitadas não estão expressos os códigos de intimidação, desconfiança e medo que nos parecem estar presentes nos mercados analisados pelos autores. Ao contrário, a venda do crack se desenrola em meio à rotina doméstica dos afazeres diários e se coloca como apenas mais uma atividade pela qual aquelas mulheres são responsáveis.

Foi justamente a partir dessas observações que estabelecemos como ponto central observar o protagonismo dessas mulheres na venda de drogas sem deixar de perceber que essa base matrifocal também está presente no comércio de rua e em atividades que demandam sua saída de casa. A venda de drogas da forma como estamos situando está centrada no âmbito doméstico, sendo possível realizá-la sem descuidar de outras tarefas da casa e mantendo, ainda, a atenção a familiares dependentes dessas comerciantes.

A família, no contexto da adesão à prática da venda de drogas, tem papel primordial, considerando que, das quatro mulheres pesquisadas, três apontaram que sua entrada nessa atividade foi agenciada por outros familiares, notadamente o marido e os filhos homens. A partir da adesão de outros familiares ao tráfico de drogas, abriu-se a interlocução entre elas e os comerciantes do topo¹³, a partir de relações amplamente fundamentadas na confiança, já que os

12 De acordo com Daudelin e Ratton (2017, p. 120), um mercado descoberto envolve trocas físicas que são públicas, visíveis e, em resultado disso, baseadas em um espaço determinado. Nesses termos, esse espaço se configura como inseguro, porque potenciais competidores serão tentados a conquistar os espaços físicos onde as transações ocorrem e, ainda, porque os assaltantes sabem que há compradores com dinheiro e vendedores com produtos que convergem para os mesmos espaços, além, é claro, da presença da polícia, no caso de mercados ilegais. Já as transações cobertas, por contraste, têm lugar em espaços privados e bem-protegidos ou mesmo em ambientes virtuais.

13 Aqui tomamos como referência a tipologia estabelecida por Chaves (2013), que diferencia dois tipos de comerciantes de drogas: os “comerciantes do topo” que estão em uma escala acima, chefiando as transações com os grupos importadores de drogas, e os “comerciantes intermediários”, que fazem a venda direta da droga ao consumidor final. Ampliamos essas categorias a mais um tipo: os “comerciantes domésticos”, que, na experiência do Oitão Preto, estão ainda um degrau abaixo dos “comerciantes intermediários”, sendo subordinados a eles. As interlocutoras recebem o crack dos “comerciantes intermediários”, tendo pouco ou nenhum contato direto com os “comerciantes do topo”.

pagamentos pelas mercadorias comercializadas são feitos apenas após o comerciante doméstico realizar suas vendas. Uma das interlocutoras da pesquisa contou de forma mais pormenorizada o modo como se deu a aproximação com a questão da venda de drogas.

Meu marido e meu filho se meteram com essas coisas desde cedo. Meu marido era muito amigo dos traficantes, fazia trabalho pra eles, fazia proteção. Numa dessas ele foi morto. Aí passamos um bom tempo sem mexer com essas coisas. Eu vendia roupa no Centro, vendia café, me virava de todo jeito. O dinheiro dava só pra comer. Mas, assim que meu filho mais velho ficou adolescente, já se misturou com amigos e cresceu os olhos pra ter moto, celular. Começou só olhando mesmo, vendo se tinha movimento da polícia, depois começou a vender e ganhava dinheiro, vivia com os bolsos cheios. Eu conhecia os meninos que andava com ele, não são gente ruim, não, vi *tudim* quando ainda era crianças. [...] Ele começou a trazer pra guardar aqui, depois já tinha gente vindo aqui em casa procurar ele pra comprar, ele deixava aqui pra eu entregar e também guardava o dinheiro pra ele fazer o pagamento. Quando eu vi já tava ajudando ele com isso. Depois que ele foi preso, eu continuei vendendo. Essa já é a segunda vez que ele vai preso (Tereza, 65 anos, 2018).

O intermédio de alguém que estabeleça a ligação entre o “comerciante do topo” e os “comerciantes intermediários” é importante, já que a prática da venda de drogas, uma atividade em cadeia, passa por diferentes etapas até que de fato a venda se concretize. Cada uma das etapas mobiliza uma rede de confiança, proteção e sigilo que estabelece entre os envolvidos um esquema não contratual, mas fortemente internalizado. A quebra desse acordo informal pode ser punida inclusive com a morte.

A droga chega até essas comerciantes domésticas através de distribuidores que trazem o crack já cortado, pesado e embalado em pequenas pedras cujo preço (à época da pesquisa) variava entre 1 e 2 reais, a depender do tamanho. O valor das mercadorias funcionava como um atrativo para a venda e era impactado diretamente pela concorrência, que, naquele território, era bastante acirrada, tanto pela presença de outras vendedoras domésticas, quanto pelo comércio realizado na rua, onde os compradores eram abordados diretamente. Em casa, as pedras são dispostas em pequenos tabuleiros à vista e ao alcance dos consumidores, que podem escolher tamanho e quantidade. Junto ao tabuleiro, há um recipiente com moedas e cédulas de pequeno valor para facilitar o troco. Ao final da semana, os mesmos distribuidores que vinham deixar o produto retornavam para recolher “o apurado”.

No Oitão Preto, identificamos duas modalidades de venda direta de crack aos consumidores. Na primeira, o comerciante de rua, em posse do produto, o oferece aos transeuntes, principalmente nas ruas de maior movimentação dentro da favela ou mesmo nas praças e ruas próximas, tomando cuidado para não ser identificado por alguma instância do Estado em um típico exemplo de “mercado aberto e descoberto”. Na segunda, as substâncias são mantidas nas casas dos vendedores, e são os consumidores que vêm até elas, realizando a compra e muitas vezes fazendo o uso da droga nesses locais.

A possibilidade de fazer o uso da substância nas casas das interlocutoras atende a um grupo específico de usuários que buscam, muitas vezes, o sigilo e a segurança em um uso reservado e diferente daqueles que o fazem na rua. Em muitos casos, estão interessados na proteção que o uso no domicílio pode garantir, além da menor exposição. Da mesma forma, são usuários mais “controlados”, colocam limites ao uso e dificilmente causam problemas. Não é difícil encontrar no Oitão Preto a oferta de barracos que também podem ser alugados para a realização do uso de drogas; os cômodos são precários, mas garantem a privacidade e certa segurança durante o período de uso intenso.

Por ser uma atividade ilegal, apesar de todas as especificidades da venda em casa, o microcomércio doméstico de drogas também tem riscos. É por isso que as vendedoras consideram importante conhecer previamente os consumidores; relatam que a maioria são moradores do bairro ou pessoas que vêm de fora, mas são inicialmente apresentadas por alguém que elas já conhecem. Forma-se, assim, uma rede de contatos que busca, em última instância, garantir a proteção e o sigilo quanto às atividades comerciais das vendedoras e o consumo de drogas dos clientes.

Só deixo usar aqui gente de confiança. Não é qualquer maloqueiro que eu deixo entrar na minha casa, não. É porque quando eles ficam aqui, pagam um pouquinho melhor, às vezes eu cobro 10 reais ou 15, mas é só gente que eu conheço, ou então que vem com gente que eu conheço, aí não fico muito preocupada, não. Eles não mechem em nada não, só usam mesmo, ficam por ali até a lombra passar e depois vão embora [...]. Tem uns que vêm com mochila, documento, roupa, compram a pedra, pedem pra deixar as coisas aqui e vão pra caverna. Tem uns que voltam no mesmo dia, outros passam é dias... As coisas aqui. Eu guardo (Irene, 62 anos, 2018).

Intrigada com o modo como era feita essa “hospedagem” do cliente, considerando a presença de crianças em casa e o tamanho do barraco, que não possuía mais que dois cômodos, perguntei a Irene sobre isso.

Eu coloco as crianças no compartimento de trás, ligo a televisão, e elas ficam por lá. Se for mais de uma pessoa, e elas não estiverem na escola, eu mando ir pra rua brincar, ou ir na casa de algum vizinho (Irene, 62 anos, 2018).

Ao mesmo tempo que as mulheres não desejam se expor como traficantes, os usuários que as procuram também se interessam pelo anonimato e tendem a evitar (ou tentar evitar) que seu uso seja exposto no bairro ou em outros locais. Todas as vezes em que chegamos a alguma casa em que se fazia a venda e o uso do crack, a ação imediata das mulheres era retirar o tabuleiro da sala e, no caso de existirem clientes no local, estes sempre pareciam ficar constrangidos, envergonhados ou mesmo assustados com nossa presença.

Um dia chegamos à casa de Tereza e encontramos um homem e uma mulher sentados

na sala sobre banquinhos, usando crack. Quando nos viram, ficaram assustados; ambos se levantaram rapidamente e foram para outro cômodo. Ao se levantarem, pude perceber que os dois usavam fardamentos com o nome de determinada loja. Tereza, que já estava familiarizada com nossa presença, disse a eles que éramos voluntários da área da saúde e que eles não precisavam se preocupar. Tendo percebido o constrangimento que nossa presença causou aos dois clientes, nos despedimos e saímos. Ao encontrar Tereza uma semana depois, ela nos contou que seus clientes tinham estranhado nossa presença e ficaram com medo de que fôssemos de alguma forma repreendê-los. Como havíamos notado, os dois eram funcionários da loja cujo nome estava estampado em suas camisas. Tereza contou que os dois vinham ao Oitão no horário de almoço para fazer uso de crack. Usavam na casa de Tereza e depois retornavam a seus expedientes de trabalho.

Eles dois vêm toda semana, uma ou duas vezes. Compram pra levar para casa. Primeiro apareceu ele aqui, disse que tinha ficado sabendo que eu vendia e que ele podia usar aqui. Eu fiquei meio cismada, com medo de ele ser polícia, porque tem boa aparência, no dia nem tava com a farda da loja. Mas aí ele disse que quem tinha dito pra ele vir aqui foi o “Banana”, então fiquei mais tranquila... Das primeiras vezes, ele veio sozinho, depois começou a vir essa mulher com ele. Nem sei se são amigos ou mais. Eu não fico perguntando muito da vida deles. Eles chegam, sentam, usam e vão embora... Acho até interessante, porque eles andam limpo, trabalham, vida normal. Nem parecem os nóia daqui (Tereza, 65 anos, 2019).

Essas cenas de uso de crack, de alguma forma protegidas, garantem muitas vezes o sigilo e a segurança de usuários que não querem e não podem estar na rua. A maioria das pessoas que utiliza a casa de Tereza para o uso quer preservar sua “imagem”, ao usar em um lugar reservado. É um grupo diferente, como ela mesma observa a seguir:

Eles pagam direitinho, não ficam aperreando a gente quando a pedra acaba e eles não têm mais dinheiro. Tem uns que eu até vendo fiado, porque eu sei que é gente de palavra, que vai pagar. A maioria trabalha. No começo eles vêm morrendo de medo de ficar aqui, de aparecer a polícia, mas depois vão se acostumando, trazendo até os amigos [...]. Eles vêm mais na semana, trabalham no Centro e na hora do almoço vêm aqui pra usar. No final de semana a maioria só compra e leva pra casa (Tereza, 65 anos, 2019)

Os clientes que as mulheres interlocutoras agregam são, em sua maioria, um público diferenciado que evita exposição e deseja sigilo quanto a suas condutas. Esse perfil também faz com que as mulheres não precisem acionar mecanismos ostensivos de violência, fazer uso de armas ou qualquer outro artefato que sugestione as práticas violentas amplamente relacionadas ao tráfico de drogas. Conhecer os clientes pessoalmente se torna uma ferramenta importante para a garantia da proteção das vendedoras. A forma de venda que descrevemos só nos parece possível porque também há sigilo e proteção garantidos pela vizinhança. As

mulheres pesquisadas detinham uma posição relativamente privilegiada entre os vizinhos, que lhes garantiam certa proteção para a realização de suas atividades comerciais em ambiente domiciliar.

Os vizinho aqui são tudo gente boa. A gente se ajuda e ninguém vem aqui botar boneco comigo não. Todo mundo tem que cuidar da sua vida, mas, se precisar ajudar um vizinho, a gente ajuda. Aqui tem as facção, mas eles ficam lá no canto deles, se a gente não mexer com eles, eles não vêm mexer com a gente (Inácia, 68 anos, 2019).

Além da não utilização de armas e de práticas violentas no cotidiano de suas vendas de crack, outra questão apontada por elas que as distingue dos traficantes era o baixo lucro que obtinham na realização dessas atividades. Ao tentarmos saber das mulheres o rendimento médio de suas atividades, elas sempre referiram que o lucro “não dava para quase nada”, apenas garantia o sustento básico. Talvez a questão da baixa lucratividade esteja relacionada ao baixo valor da mercadoria¹⁴. Além disso, muitas vezes encontrávamos as casas fechadas, o que demonstrava que elas não trabalhavam no negócio todos os dias. A pouca lucratividade também foi apontada mais de uma vez para diferenciar a venda realizada por elas e aquela relacionada aos traficantes.

Isso aqui não dá pra nada não. A gente só fica nisso porque não tem outra coisa. Mas eu nunca pude comprar nada com esse dinheiro, só comida; e pago o aluguel do quarto. Às vezes nem pra isso sobra. Tem *doidim* aí que anda cheio de ouro, pagando de barão, mas se tu for ver, tão devendo na boca. Deus me livre. Eu pago bem direitinho (Lourdes, 60 anos, 2018).

A estrutura do microcomércio do crack se organiza a partir do somatório de uma rede de conhecimentos e uma organização que tem como base a confiança estabelecida entre os comerciantes do topo, os comerciantes intermediários e as comerciantes domésticas, os acordos de sigilo e proteção que se estabelecem na vizinhança e a presença de consumidores também interessados no sigilo e na proteção do seu consumo. Nesse contexto, consideramos que a venda de crack ocorre de forma bastante exposta: os revendedores são facilmente identificados e nem é necessário adentrar as ruas e os becos para perceber esse comércio informal. Desde que se tenha certas “precauções”, como, por exemplo, não falar o nome do produto que deseja de forma direta e evitar conversas muito demoradas, pareceu-nos relativamente fácil descobrir vendedores da droga no território.

Vale ainda ressaltar que não seria fácil ocultar do restante dos moradores da favela o envolvimento na atividade de venda de drogas em um território tão densamente povoado.

14 No entanto, como já apontado, o crack era a droga mais comercializada, e havia também uma procura da substância por parte dos usuários, justamente devido ao baixo preço.

Além disso, como em qualquer comércio, é importante certa divulgação da atividade para que seja possível alcançar os consumidores. No entanto há questões que precisam ser mantidas em segredo, notadamente a identificação dos fornecedores intermediários e do topo. A garantia da confidencialidade dessa informação é importante, principalmente na interlocução com a polícia.

Em se tratando da presença da polícia no território, as falas sugerem uma presença que amedronta, como Irene evidencia abaixo:

Eles [a polícia] não sabem chegar na casa da gente e falar direito. Eles chegam invadindo, ameaçando. Eles são covardes, querem pegar nas filhas da gente. Minha neta, ela é muito bonita e não é envolvida com nada. Eles vivem aqui atrás dela. Acham que, porque a gente é pobre, tem que aceitar eles. É da polícia que eu tenho mais medo (Irene, 62 anos, 2018).

O medo das abordagens policiais por meio do policiamento ostensivo é uma fala recorrente de quem vive em locais pobres e obviamente se relaciona com a banalização dessa violência na cidade, conforme analisaram (Brasil; Santiago; Brandão, 2020). Contudo, Irene traz um aspecto pouco comentado dessas “entradas” da polícia na favela. Ela aponta as investidas da polícia em sua casa não para combater o crime, já que relata uma abordagem sem justificativa prévia nem mandado judicial, mas de viés machista, sexista e abusiva, feita por homens policiais que, a partir de seu *status* de poder de polícia, adentram as casas, principalmente onde sabem viver somente mulheres, com a intenção de amedrontar, sujeitar e violentar meninas e mulheres pobres, consideradas por eles “coisas”.

As abordagens feitas a homens são via de regra mais ostensivas e violentas fisicamente, enquanto as mulheres sofrem bem mais a violência psicológica, a ameaça e a violência sexual. Anunciação, Trad e Ferreira (2020) afirmam que as jovens de comunidades pobres por vezes são caracterizadas a partir de critérios fenotípicos que as colocam na condição de suspeição; se estiverem associadas a algum outro marcador ou mais de um deles, maior será a chance de a jovem ser reconhecida como piriguete/maloqueira/mulher de bandido, sofrendo maiores violações e assédios.

Os estereótipos que circundam essas populações as colocam em um patamar de constante subalternidade, ao passo que sobre elas recaem categorizações estereotipadas, entre elas a perspectiva policial, capaz de produzir, segundo Paixão (1982), a incriminação de grupos e populações específicas. Essa abordagem que interliga diretamente a classe social e o território a ações violentas e ao crime já foi e continua sendo bastante estudada e discutida por Porto (2006), Misse (2006) e Zaluar (1999), que chamam atenção para as armadilhas da associação direta da violência a uma classe social distinta sem que sejam discutidos o caráter difuso e plural do fenômeno. Em sua pesquisa, Anunciação, Trad e Ferreira (2020) elencaram cinco critérios que seriam decisivos para estabelecer a “fundada suspeita”, isto é, elementos que compõem a

suspeição por parte dos policiais, quais sejam: fenótipo; pertencimento territorial e situação econômica; aparência, atitudes e comportamentos; e o contexto da abordagem.

As práticas de abuso de poder exercidas por policiais e relatadas por Irene são direcionadas, segundo ela, aos “peixes pequenos”.

Dos “grandes” eles [os policiais] têm é medo. Muitos fazem é acordo com os traficantes e ficam passando por aqui só por dizer que tão trabalhando. Eles sabem de tudo que acontece aqui e ficam ameaçando a gente pra ver se consegue alguma coisa (Irene, 62 anos, 2018).

Fica evidenciado na fala de Irene que uma importante condição para o desenvolvimento das práticas de venda de drogas na microeconomia do crack está relacionada a determinada colaboração ou omissão de determinados policiais por meio da troca de favores ou do pagamento direto por tais serviços. Irene e as demais mulheres entrevistadas não possuem capital econômico capaz de sustentar esses acordos. Para conseguirem negociar um “alvará de funcionamento” (Grillo, 2008) com a polícia, outras formas de pagamento precisam ser oferecidas; os favores sexuais estão entre as alternativas de pagamento mais solicitadas. Na experiência das interlocutoras da pesquisa, os favores sexuais envolvem suas filhas e netas, além de arranjos entre vizinhas e outras mulheres jovens do território. Esses são tipos de vulnerabilidades a que as mulheres estão sujeitas na realização da venda de drogas, submetidas muitas vezes a situações que tomam como referência sua condição de mulher.

Misse (2006) considera impossível compreender as práticas varejistas de venda de drogas sem direcionar atenção aos mercados de proteção agenciados pelas forças policiais. Para Irene, as abordagens policiais, longe de significarem a presença do “braço protetivo do Estado”, visam muito mais ao controle e à docilização dos corpos. Essas abordagens transitam entre ações abertas de repressão de caráter policial militar, constrangimentos morais e físicos e abusos de poder, além de aprofundar a ideia da submissão das mulheres ao desejo e ao poder masculino, notadamente daquele que detém o poder de polícia.

O papel das mulheres no microcomércio de crack as coloca, no cenário pesquisado, em um patamar de subordinação e sujeição enquanto exército de reserva usado quando a mão de obra masculina escasseia ou na iminência do risco de uma intervenção policial, como enfatiza Han (2012). De acordo com a autora, a domesticidade feminina, as responsabilidades maternas e parentais que lhes restringem a mobilidade e a necessidade econômica da sobrevivência proporcionariam uma retaguarda especialmente adequada para a condução dos negócios, margeados por voláteis traficantes masculinos, a quem pertence o comando da atividade.

A partir do adensamento de processos como a “feminilização da pobreza”, temos um cenário em que as mulheres da classe trabalhadora ou das classes subalternas, principalmente aquelas das camadas mais empobrecidas, se veem afetadas fortemente por situações de vida cada

vez mais vulneráveis, lançando-as ao mercado de trabalho ou a postos de trabalho precários, sendo elas cada vez mais responsáveis pelo sustento financeiro da família. Essa constante relação de serviço está posta no cotidiano de vida das mulheres interlocutoras da pesquisa, responsáveis pelo cuidado e manutenção financeira de outros, para isso assumindo postos de trabalho dentro do microcomércio de crack.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diferenciação entre as categorias de vendedores de drogas e a observação de um microcomércio cada vez mais doméstico e interligado à vida cotidiana de famílias nos parece uma situação relativamente nova no contexto de Fortaleza. O caráter novo a que nos referimos não está tão relacionado ao tempo em que ocorrem e se desenvolvem tais atividades, mas à amplitude e à centralidade que tem alcançado esse microcomércio do crack a partir de um perfil cada vez mais heterogêneo de integrantes.

A pesquisa realizada no Oitão Preto demonstrou a existência de um mercado de crack que se apresenta “fechado e coberto”, convivendo com outros mercados “abertos e descobertos” que entrecruzam suas dinâmicas em uma linha tênue que se estabelece a partir da posição dos vendedores varejistas, do perfil da clientela e das garantias protetivas que buscam para usar crack do modo mais “seguro” possível. No ambiente doméstico, esse comércio se desenrola em meio à rotina dos afazeres diários e se coloca como apenas mais uma atividade pela qual as mulheres se tornaram responsáveis.

Assim, concluímos que o microcomércio doméstico de crack se constitui como uma “nova” modalidade de comércio dentro do microcomércio da droga nos bairros, nas comunidades e nas favelas. Nesse contexto, abriu-se a oportunidade de adesão de grupos anteriormente excluídos desse universo de ilegalidade, caso das mulheres idosas. Isso somente é possível a partir da estruturação de um mercado de compra e venda de crack que aciona distintas categorias de vendedores e possibilita o acesso dessas mulheres ao produto e aos clientes sem que sejam acionadas as práticas violentas e ostensivas tão comuns ao tráfico de drogas.

Outro achado importante é a diferença existente entre o recrutamento de adolescentes e jovens, considerados o público preferencial dentro da estrutura do tráfico e das facções, e o recrutamento das microcomerciantes domésticas, que ocorre por motivações e interações diferentes dos primeiros. As microcomerciantes domésticas são recrutadas a partir de homens familiares que estabelecem “a ponte” entre elas e os vendedores do topo. Essas microcomerciantes domésticas não estão abertamente dentro do circuito das facções, apesar de conhecerem seus

líderes e reconhecerem o poder e a capilaridade desse grupo na favela. Ainda assim, essas comerciantes não são faccionadas, não estando subordinadas a todo o conjunto de regras e modos operacionais das facções.

Por serem mulheres e estarem no exercício de uma prática ilegal, as microcomerciantes domésticas são, muitas vezes, alvos da ação violenta e sexista de policiais que se utilizam da condição de mulher dessas vendedoras para estabelecer práticas abusivas de controle, exigindo favores sexuais em troca da não importunação. Assim, elas se envolvem o máximo que podem nos procedimentos velados que garantem o sigilo de suas ações, bem como preservam a identificação dos vendedores dos patamares acima e contribuem para a manutenção do anonimato de seus clientes.

Por fim, a pesquisa evidenciou que o motor determinante da participação dessas mulheres nas práticas ilegais de venda de drogas é, sobretudo, a necessidade de dinheiro. Tereza deixou isso muito claro em sua fala, afirmando que, se “não fosse pela venda dessas coisas, eu ia tá pedindo esmola nas calçadas do Centro”. Ainda que o lucro pela venda de crack para elas seja pouco, ele garante a subsistência e as livra da mendicância.

REFERÊNCIAS

1. AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 1994.
2. ANUNCIÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 190-271, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190271>. Acesso em: 27 jan. 2021.
3. BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada**: território, lei e hierarquia no PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome/Gramma, 2018.
4. BRANDÃO, Marcílio Dantas; SIQUEIRA, Monalisa Dias de. O que podem as emoções. **Revista O público e o privado**, Fortaleza, v. 17, n. 34, p. 9-15, jul/dez 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2640/2111>. Acesso em: 14 jan. 2020.
5. BRASIL, Maria Glaucíria Mota; SANTIAGO, Erica Maria; BRANDÃO, Marcílio Dantas. A banalidade da violência policial contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de Fortaleza. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 169-193, jan/abr 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/17733>. Acesso em: 14 ago. 2021.

6. CHAVES, Miguel. **Casal Ventoso**: da gandaia ao narcotráfico: marginalidade econômica e dominação simbólica em Lisboa. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013.
7. CLIFFORD, James. **A experiência Etnográfica**: Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
8. DANTAS, André Luís Toríbio. **Superpopulação carcerária no Rio de Janeiro regulada pela economia da droga**: um efeito da política de criminalização imposta aos jovens residentes das comunidades carentes. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana/Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/14911>. Acesso em: 15 mar. 2022.
9. DAUDELIN, Jean; RATTON, José Luiz. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. **Tempo social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 115-134, ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125670>. Acesso em: 07 out. 2019.
10. DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio as tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12673/14450>. Acesso em: 14 fev. 2019.
11. DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e movimento hip hop. São Paulo: Annablume, 2008.
12. ESCOBAR, Maria Gomes Fernandes. **Traficante eu?** a venda “doméstica” de crack por mulheres na Favela do Oitão Preto em Fortaleza- CE. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=107570>. Acesso em: 17 ago. 2024.
13. FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
14. FRAGMENTO, Rodrigo de Sousa. **A degradação da paz no norte do Brasil**: um exame a partir da violência entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas/ Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13828>. Acesso em: 08 mai. 2022.
15. GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.
16. GRILLO, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./set. 2008.
17. HAN, Clara. **Life in debt**: times of care and violence in neoliberal Chile. Berkeley:

University of California, 2012.

18. HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-03032011-122251/pt-br.php>. Acesso em: 17 jan. 2020.
19. KOPP, Pierre. **A Economia da droga**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
20. KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. **Da subjetividade às emoções**: a antropologia e a sociologia das emoções no Brasil. Recife: Edições Bagaço, 2015.
21. KRONBERG, Helcio. **Crime**: o quarto setor. Brasil: Hemus, 2006.
22. LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das drogas**. São Paulo: Desatino, 2010.
23. MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.
24. MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Editora Todavia, 2018.
25. MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
26. MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
27. MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, p. 139-157, 2007.
28. OLIVEIRA, Ana Hadassa da Silva. **As Primas Fiéis**: aspectos sociológicos da ascensão das mulheres no mundo do crime por meio das facções no Presídio Auri Moura Costa. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.uece.br/ppgsociologia/wp-content/uploads/sites/56/2023/04/DISSERTA%C3%87%C3%83O-Ana-Hadassa.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.
29. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.
30. PAIVA, Luiz Fábio Silva. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 2-19, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/349902/2019>. Acesso em: 17/nov. 2020.
31. PAIVA, Luiz Fábio Silva. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais

- do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/26375>. Acesso em: 23 nov. 2020
32. PAIVA, Luiz Fábio Silva. O domínio das facções nas periferias de Fortaleza-CE. **Revista TOMO**, Sergipe, n. 40, p. 87-122, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/16711>. Acesso em: 14 ago. 2022.
33. PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 63-85, 1982.
34. PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, p. 250-273, 2006.
35. RODRIGUES, Thiago. Drogas e Guerras. In: LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das drogas**. São Paulo: Desatino, 2010. p. 7-14.
36. STEINER, Philippe. Marché, transaction et liens sociaux: l'approche de la Sociologie Économique. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, p. 111-120, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000200009>. Acesso em: 25 abr. 2020.
37. TELLES, Vera. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 84, p. 153-173, 2009.
38. ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Anpocs/Sumaré, 1999. p. 13-107.

Maria Gomes Fernandes Escobar

Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6767-8981>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação. E-mail: maria.escobar@uece.br

Maria Glaucíria Mota Brasil

Professora emérita da Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9929-9097>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de Dados, Redação e revisão. E-mail: gmotabrasil@gmail.com

Marcílio Dantas Brandão

Professor adjunto da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2978-4278>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de Dados, Redação e Revisão. E-mail: marcilio.brandao@univasf.edu.br